

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

OABPrev-SC (2020-2021)

1. O que são dados pessoais?

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº. 13.709/18), dados pessoais são todas as informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que, se for possível estabelecer uma relação entre uma informação e uma pessoa natural, ainda que por meio interposto, esta informação será classificada como dado pessoal, independentemente de se encontrar no meio físico ou digital ou ainda do seu conteúdo. Assim, são considerados dados pessoais desde os nomes próprios e números de registro até as informações sobre o comportamento da pessoa natural ou sobre seu estado de saúde.

2. O que é um tratamento de dado pessoal?

Um tratamento de dado pessoal é qualquer ação tomada em relação a um dado pessoal, inclusive manter a informação armazenada em bancos de dados ou eliminá-la do seu repositório. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais apresenta um rol exemplificativo de situações de tratamento que inclui: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão e extração.

3. Quem é quem na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?

3.1. Titular de dados

O titular de dados é aquele a quem se refere o dado pessoal tratado, assim como os participantes e assistidos do OABPrev-SC.

3.2. Controlador

O controlador de dados é aquele que tem o domínio sobre o dado pessoal. É o controlador quem define quais os tratamentos devem ser realizados, bem como a sua

finalidade e forma de realização. O OABPrev-SC é o controlador dos dados de seus participantes e assistidos.

O OABPrev-SC pode ser contactado sobre o tratamento de dados pessoais via e-mail (privacidade@oabprev-sc.org.br), por telefone (48 32227440) ou pessoalmente no endereço Av. Hercílio Luz, 639 – sala 211 – Centro – Florianópolis(SC) – CEP: 88020-000.

3.3. Operador

O operador é aquele que trata os dados sob as ordens de um controlador. Em geral é um prestador de serviço que recebe dados pessoais para executar tarefas específicas de interesse do controlador ou decorrentes de instrumentos normativos. Uma lista de operadores que mantém relação com o OABPrev-SC pode ser encontrada na seção “Por que compartilhamos os seus dados pessoais?” desta política de privacidade.

4. Nós tratamos dados pessoais dos participantes e assistidos?

O OABPrev-SC trata dados pessoais dos seus participantes, assistidos e daquelas pessoas indicadas pelos participantes como beneficiárias. Todos estes dados recebem atenção especial da entidade e são classificados pela entidade em sete categorias: identificação e controle, previdenciários, financeiros, risco, extraordinários, lógicos e eleitorais.

5. Quais tipos de dados pessoais dos participantes nós tratamos?

5.1. Dados de identificação e comunicação

Os dados cadastrais são aqueles que o participante fornece no momento da contratação, tais como identificação pessoal, identificação profissional, contato, domicílio e representante legal, se for o caso.

5.2. Dados previdenciários

Os dados previdenciários são aqueles que dizem respeito à gestão do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PBPA) e incluem as informações de aportes regulares e extraordinários, montante de recursos acumulados, opções pelos institutos da portabilidade, resgate e BPD, além do valor do benefício (no caso dos assistidos).

5.3. Dados financeiros

Os dados financeiros dizem respeito às informações bancárias básicas fornecidas por participantes e assistidos, bem como as opções de pagamento das contribuições; aportes extraordinários e a renda atual informada.

5.4. Dados de risco

Os dados de risco se referem à contratação da Parcela Adicional de Risco – PAR e à solicitação dos benefícios vinculados a ela. Este grupo de dados abrange o valor das contribuições e do pecúlio e todos os dados constantes nos documentos médicos (cobertura por invalidez total e permanente) e de óbito (cobertura por morte) encaminhados à entidade, bem como aqueles produzidos nas perícias médicas.

5.5. Dados extraordinários

Os dados extraordinários são aqueles vinculados a situações excepcionais dos participantes e assistidos que sejam relevantes para a entidade, tais como as informações sobre negócios e renda do participante nos Estados Unidos exigidas para o atendimento do FATCA (*Foreign Account Tax Compliance*) e a inscrição no IASASC.

5.6. Dados lógicos

Os dados lógicos dizem respeito às operações informáticas realizadas pelos participantes e assistidos junto ao OABPrev-SC e compreendem a senha de acesso à área restrita dos participantes, bem como as informações de navegação no site da entidade (cookies).

5.7. Dados eleitorais

Os dados eleitorais são aqueles coletados em razão da candidatura do participante ou assistido para ocupar uma das vagas do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal.

6. Por que tratamos os seus dados pessoais?

6.1. Identificação do participante e do assistido

Uma das principais razões para coletarmos e armazenarmos dados pessoais de identificação é a correta individualização dos nossos participantes e assistidos. A manutenção de um conjunto de dados pessoais sólido permite à entidade individualizar cada participante e assistido de modo que não haja erro na execução das nossas atividades, em especial àquelas vinculadas à gestão do PBPA e da PAR, como o cálculo e o pagamento de benefícios ou a cobrança e recebimento das

contribuições ordinárias e extraordinárias. Estas informações são, portanto, essenciais para a execução dos diversos termos do plano de benefício oferecido pela entidade.

6.2. Comunicação com o participante e com o assistido

Necessitamos de dados de identificação e comunicação para nos comunicar com os participantes e os assistidos de forma mais precisa e eficiente. Como se trata de serviço contínuo e de longo prazo, o fortalecimento do relacionamento entre a entidade de previdência e os seus participantes e assistidos e a transparência são fundamentais para o bom desenvolvimento das atividades e a obtenção de melhores resultados, o que exige contato permanente entre as partes envolvidas. Além disso, a legislação do setor impõe o envio periódico de informações sobre as repercussões da gestão econômica do fundo previdenciário e os prognósticos da entidade aos participantes e assistidos, o que precisa ser incluído na estratégia de comunicação do OABPrev-SC. Esta demanda exige, além do tratamento dos dados habituais de comunicação, o tratamento de dados previdenciários dos participantes e assistidos.

6.3. Gestão do PBPA e dos benefícios de risco

A gestão do PBPA e dos benefícios de risco abrange um conjunto de ações que se inicia com o cadastro do participante no sistema gestor da entidade e segue com o recebimento/cobrança de contribuições ordinárias e aportes extraordinários, a administração do fundo previdenciário, o controle das contas individuais, até a concessão e pagamento dos benefícios. É, portanto, atividade complexa que envolve diversos processos específicos, muitos dos quais demandam o emprego de dados pessoais de identificação, comunicação, previdenciários, financeiros e de risco.

6.4. Site do OABPrev-SC

O site é o espaço no qual participantes e assistidos podem encontrar informações específicas sobre o seu status previdenciário na entidade, sem a intermediação dos colaboradores e representantes do OABPrev-SC. No espaço reservado para os participantes e assistidos é possível encontrar informações sobre as contribuições, o montante de recursos acumulados, os resultados gerais do fundo previdenciário, além de prognósticos, simulações e as suas informações de cadastro. A apresentação destas informações no site demanda o tratamento de informações lógicas, de identificação, comunicação, previdenciárias, financeiras e de risco.

6.5. Atendimento à legislação e outros regulamentos

A legislação regulatória a que se submetem as entidades fechadas de previdência complementar exige cadastro mínimo das seguintes informações: nome completo,

sexo, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, estado civil, filiação e nome do cônjuge; enquadramento na condição de pessoa politicamente exposta, se for o caso; natureza e número do documento de identificação, nome do órgão expedidor e data da expedição; número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e código de endereçamento postal – CEP) e número de telefone; ocupação profissional; e informações acerca dos rendimentos base de contribuição ao plano de benefícios. A legislação demanda, ainda, o registro e comunicação ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF das transações financeiras de alto valor e prescreve que, em caso de fiscalização, poderá solicitar quaisquer documentos da entidade para análise, o que poderá implicar, neste caso, no compartilhamento de dados pessoais de participantes e assistidos.

6.6. Realização de eleições

As eleições do OABPrev-SC são realizadas para o preenchimento periódico das vagas nos conselhos Deliberativo e Fiscal e implicam em dois tipos de tratamento de dados pessoais. Aquele que se refere às informações de identificação, comunicação e, também, as propostas e o tratamento relacionado às campanhas eleitorais. O primeiro tem como intuito registrar os candidatos no processo eleitoral e no sistema de votação eletrônico. O segundo consiste no encaminhamento de e-mail, pela entidade, aos participantes e assistidos, com as informações básicas dos candidatos e as suas plataformas de campanha. É importante frisar que o OABPrev-SC não compartilha dados pessoais com os candidatos.

7. Nós tratamos dados sensíveis?

O OABPrev-SC trata dados sensíveis referentes à saúde de participantes e assistidos que contrataram a Parcela Adicional de Risco, desde o preenchimento da proposta de adesão até o momento da requisição dos benefícios por morte e invalidez total e permanente. Estes tratamentos são necessários para aferir a pré-existência de incapacidade, calcular o risco agregado ao pecúlio e verificar a existência do direito ao recebimento dos benefícios.

8. Por que compartilhamos os seus dados pessoais?

O compartilhamento de dados ocorre sempre que o controlador franqueia a um terceiro o acesso a dados pessoais sob o seu controle, ainda que este acesso ocorra nas dependências do controlador ou sob sua supervisão direta. O OABPrev-SC só realiza compartilhamentos de dados pessoais dos participantes quando necessário à gestão da entidade ou à execução e comercialização dos planos previdenciários e naquelas situações impostas por lei ou determinações regulatórias. Todos estes compartilhamentos são, portanto, amparados em contratos firmados com prestadores de serviço ou em instrumentos normativos oficiais. Veja abaixo as finalidades dos compartilhamentos de dados pessoais que realizamos.

- *Serviços advocatícios* – Os dados são compartilhados para permitir a defesa judicial da entidade e para o aprimoramento das diretrizes jurídicas de segurança da informação. São atividades que exigem baixo nível de compartilhamento.
- *Serviço de auditoria* – Auditorias são uma exigência legal para as entidades fechadas de previdência complementar e demandam a análise de contas e documentos, muitos dos quais contêm dados pessoais. É uma atividade que exige elevado nível de compartilhamento.
- *Serviço de suporte do parque tecnológico* – Os prestadores de serviço de suporte do parque tecnológico podem ter acesso a dados pessoais eventualmente armazenados em computadores que estejam sob manutenção. Neste caso, o compartilhamento é apenas eventual.
- *Serviço de envio de e-mails sob demanda* – O serviço de encaminhamento de e-mails sob demanda exige o compartilhamento de dados pessoais específicos para funcionar, em especial o endereço de e-mail dos destinatários que, em sua maioria, são participantes e assistidos. É atividade que compreende elevado nível de compartilhamento.
- *Serviço de web design* – Este serviço garante a atualização do site do OABPrev-SC. Sendo assim, todos os dados pessoais que, eventualmente, forem incluídos no site (incluindo a área restrita) serão antes compartilhados com as empresas responsáveis pela sua alocação nas páginas correspondentes. É atividade que exige alto nível de compartilhamento.
- *Serviço de provedor de e-mail* – Trata-se da atividade que garante o funcionamento do serviço de e-mails utilizado pela entidade, o que inclui o armazenamento das

mensagens. Sendo assim, todas as correspondências eletrônicas são compartilhadas com o responsável pelo serviço, ainda que a empresa não tenha acesso ao seu conteúdo. Trata-se de atividade que demanda elevado nível de compartilhamento.

- *Serviço de consultoria atuarial* – O serviço de consultoria atuarial é essencial para o planejamento e a gestão do PBPA, o que inclui a administração das reservas, as segregações de patrimônio e o cálculo de projeções e benefícios. A execução desta atividade exige, portanto, amplo acesso a dados cadastrais e previdenciários, o que significa alto grau de compartilhamento.
- *Serviço de digitalização do acervo físico* – O acervo físico é composto por diversos documentos, muitos dos quais contêm dados pessoais. A digitalização deste acervo é importante por uma série de razões, dentre elas a elevação do nível de segurança da informação, uma vez que digitalizados, os dados podem ser mapeados com mais facilidade, o que auxilia na sua proteção e evita perdas e deteriorações. Esta é uma atividade que demanda elevado nível de compartilhamento.
- *Serviço de gestão da PAR* – A cobertura dos eventos de invalidez e morte do PBPA do OABPrev-SC é feita mediante a contratação de um pecúlio coletivo por invalidez e de um pecúlio coletivo por morte junto a uma seguradora, financiado pela Parcela Adicional de Risco. A gestão deste pecúlio, que é uma forma de seguro privado, exige o tratamento de diversos dados pessoais, desde a fase da proposta de adesão até a fase de pagamento, após a ocorrência dos eventos invalidez ou morte. Os dados cadastrais e de risco são utilizados, por exemplo, para dimensionar o pecúlio e verificar a existência do direito ao recebimento, funções executadas pela gestora dos pecúlios. Esta atividade demanda elevado nível de compartilhamento de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, em especial, informações sobre a saúde dos participantes e assistidos que aderiram à PAR.
- *Serviço de representação comercial* – Os representantes comerciais são os responsáveis pela comercialização externa do Plano de Benefícios Previdenciários dos Advogados gerido pelo OABPrev-SC e, por isso, constituem-se como uma das principais fontes de coleta de dados pessoais da entidade, uma vez que manipulam os formulários de cadastro e as propostas de adesão à PAR. A execução desta atividade envolve alto nível de compartilhamento de dados pessoais.
- *Serviço de contabilidade previdenciária* – Este serviço é responsável pelos cálculos que envolvem os recursos garantidores do fundo previdenciário, as contribuições

ordinárias e extraordinárias e os benefícios em manutenção, o que garante a boa gestão dos recursos e um planejamento preciso para o plano de benefícios. Por ter acesso às informações que constituem o fundo previdenciário, inclusive valores de contribuições e aportes, de benefícios e do acumulado das contas individuais, os prestadores do serviço de contabilidade previdenciária tratam um elevado número de dados pessoais cadastrais, previdenciários e financeiros, o que exige elevado índice de compartilhamento.

- *Serviço de gestão das redes sociais* – As redes sociais são um eficiente meio de comunicação entre o OABPrev-SC e seus participantes e assistidos, pois permitem que informações relevantes sejam apresentadas aos interlocutores sem que eles precisem buscar por estas mensagens. O gestor das redes sociais tem contatos com dados pessoais dos participantes e assistidos, pois tem acesso às informações veiculadas nos perfis dos seguidores das páginas gestadas e, eventualmente, às mensagens encaminhadas por estes seguidores. Neste caso, o nível de compartilhamento de dados é médio.
- *Serviço de ERP* – O *enterprise resource planning* ou sistema integrado de gestão é o software agregador dos diversos setores da instituição. É para o ERP que converge a maioria dos dados digitais tratados pelo OABPrev-SC, inclusos os dados pessoais necessários à identificação dos participantes e assistidos, à gestão do fundo previdenciário e à administração da entidade. Assim, cabe ao gestor deste sistema a administração dos principais bancos de dados do OABPrev-SC, o que implica em elevado nível de compartilhamento de dados.
- *Atividade de regulação e fiscalização* – O OABPrev-SC compartilha dados pessoais com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar, para fins de acompanhamento e fiscalização e, também, com a Superintendência de Seguros Privados, órgão regulador das empresas que operam seguros, em razão da cobertura do risco estar vinculada à contratação de pecúlios junto à empresa seguradora. É atividade que exige alto nível de compartilhamento de dados pessoais.
- *Serviço de assessoria de comunicação* – Este serviço consiste na elaboração de conteúdo e peças publicitárias para as ações de comunicação feitas pelo OABPrev-SC fora das redes sociais, o que envolve, por vezes, a elaboração de material dirigido a

determinados participantes ou assistidos. Esta atividade exige baixo índice de compartilhamento de dados pessoais.

9. Como nós cuidamos dos seus dados pessoais?

O OABPrev-SC respeita os dados pessoais dos seus participantes e assistidos, por isso, desde o início de 2020 tem tomado providências para elevar os níveis de segurança da informação dos processos e atividades de tratamento realizados pela entidade. Dentre as medidas adotadas pelo OABPrev-SC estão a definição do encarregado de dados, a inserção de garantias jurídicas nos contratos dos prestadores de serviço que recebem dados pessoais de participantes e assistidos, o treinamento dos seus colaboradores, a revisão das soluções de segurança informáticas empregadas e das políticas de manipulação de documentos e a criação de diretrizes internas para o tratamento de dados e a resposta a incidentes. A adoção destas e outras medidas continua em curso e estará completa até o final de 2020.

10. Por quanto tempo tratamos os dados pessoais?

O OABPrev-SC armazena os dados pessoais pelo tempo necessário para executar os compromissos firmados com os participantes e assistidos, bem como para atender às disposições regulatórias e promover eventuais defesas.

11. Quem é o nosso encarregado pelo tratamento dos dados pessoais?

A encarregada pelo tratamento dos dados pessoais do OABPrev-SC é a Supervisora Administrativa Kelly Cristiane Waltrick de Amorim. Como encarregada, sua função é receber eventuais comunicações e reclamações e prestar esclarecimentos aos participantes e assistidos no que diz respeito aos tratamentos dos dados pessoais e aos direitos dos titulares de dados. São suas responsabilidades, também, orientar os colaboradores, diretores e conselheiros da entidade sobre as melhores práticas para o tratamento de dados pessoais e indicar a adoção das medidas de segurança necessárias ao aprimoramento dos níveis de segurança da informação do OABPrev-SC.

A encarregada pode ser contactada via e-mail (privacidade@oabprev-sc.org.br) ou por telefone (48) 3222-7440.

12. Como você saberá que esta política foi atualizada?

A alteração desta política de privacidade, bem como das demais políticas que dizem respeito ao tratamento de dados – como a política de *cookies* – pode ser realizada a qualquer tempo, sempre que for necessário para aprimorar os níveis de segurança da informação da entidade ou de transparência da comunicação com os titulares de dados. Estas alterações, quando ocorrerem, serão informadas via e-mail no endereço cadastrado pelo participante ou assistido.

A última atualização desta política de privacidade ocorreu em: 20/10/2020.

13. Quais são os seus direitos?

A Lei Geral de Proteção de Dados prevê uma série de direitos para o titular de dados (no caso, os participantes e assistidos), os quais podem ser reclamados perante o controlador de dados (no caso o OABPrev-SC), desde que atendidas as condições legais. Veja abaixo quais são estes direitos e condições.

13.1. Confirmação da existência de tratamento

O controlador deverá informar, mediante requerimento expresso do titular de dados, se trata ou não dados pessoais do requerente.

13.2. Acesso aos dados pessoais tratados

O controlador deverá informar, mediante requerimento expresso do titular de dados, quais dados pessoais pertencentes ao requerente são tratados.

13.3. Integridade dos dados pessoais tratados

Ao verificar a existência de incompletude, inexatidão ou desatualização dos seus dados pessoais tratados pelo controlador, o titular de dados pode, mediante requerimento expresso, solicitar a correção destes dados.

13.4. Oposição ao tratamento de dados desnecessários ou excessivos

O controlador somente deve tratar os dados necessários para o alcance das finalidades de tratamento declaradas ao titular de dados. Sendo assim, quando verificar que o controlador está realizando o tratamento (inclusive o armazenamento) de dados desnecessários ou excessivos, o titular pode, mediante

requerimento expresso, solicitar a anonimização, o bloqueio ou a eliminação destes dados.

13.5. Portabilidade dos dados pessoais

O titular pode requerer que os seus dados tratados pelo controlador sejam transferidos para outro controlador. No caso das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, como o OABPrev-SC, este direito está abrangido pelo direito de portabilidade do plano de benefícios.

13.6. Eliminação dos dados tratados

O titular de dados pode solicitar, mediante requerimento expresso, a eliminação dos seus dados pessoais, cujo único fundamento legal para o tratamento seja o consentimento, a menos que estes dados tenham sido transferidos regularmente a terceiros ou estejam sendo tratados pelo controlador apenas de forma anonimizada.

13.7. Informação sobre o compartilhamento dos dados pessoais

O controlador deverá informar, mediante requerimento expresso do titular de dados, com quais parceiros compartilha os dados pessoais do requerente.

13.8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento

O titular de dados não é obrigado a fornecer consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais. Todavia, quando toma a decisão de não consentir, deve ser informado pelo controlador sobre as consequências desta decisão. Não se aplica para aqueles tratamentos realizados independentemente do consentimento.

13.9. Revogação do consentimento

O titular de dados pode, a qualquer momento, mediante manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado, revogar o consentimento fornecido para determinado tratamento dos seus dados pessoais. Neste caso, o controlador deverá interromper o tratamento objeto da revogação, a menos que haja outro fundamento legal para a manutenção do procedimento.

13.10. Oposição ao tratamento irregular

Caso suspeite do descumprimento da legislação de proteção de dados, o titular de dados pode questionar o tratamento realizado pelo controlador, ainda que o fundamento legal para este tratamento não seja apenas o consentimento. Neste caso, o controlador não é obrigado a interromper imediatamente o tratamento objeto de questionamento, mas deverá esclarecer ao titular de dados sobre a sua licitude.

13.11. Peticionamento à autoridade de controle

O titular de dados terá o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a Autoridade Nacional de Dados – ANPD – quando ela for constituída de fato – ou perante organismos de defesa do consumidor.

DADOS DO CONTROLADOR

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE SANTA CATARINA – OABPrev-SC

Endereço: Avenida Hercílio Luz, nº 639, sala 211, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 86.897.105/0001-00.

Telefone: (48) 3222-7440

Representante legal: Dr. Ezair José Meurer Júnior, inscrito da OAB/SC sob o nº 24866.